



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JANAÍNA LIMA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 18/09/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Declaro abertos os trabalhos da décima nona audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa do ano de 2017, com a presença do Vereador Natalini, que tem por objetivo expor e debater o Projeto de Lei 550/2016, de autoria do Vereador Natalini, com coautoria dos Vereadores Toninho Paiva, Caio Miranda Carneiro, Aurélio Nomura, Dalton Silvano e Janaína Lima, que “Institui e estabelece diretrizes para a Política Municipal de Erradicação da Fome de Promoção da Função Social dos Alimentos – PMEFS, e dá outras providências”.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Foram convidados para participar desta audiência os Srs.: Rosana Perrotti, representante da Plataforma Sinergia; Salvador Iglesias Ramalho, representante da empresa Tem Pra Já; Antonio Márcio da Cunha Guimarães, professor da PUC; Carlos Camargo, representante da Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

Passo a palavra ao autor da propositura em debate, Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Primeiramente cumprimento a Vereadora Janaína Lima, que preside esta audiência; a Rosana, amiga nossa de muito tempo, e os demais convidados.

Sobre o projeto, essa ideia de combate à fome e combate desperdício de alimentos nasceu fundamentalmente pela iniciativa da Rosana Perrotti, que pertence à Plataforma Sinergia, uma instituição da sociedade civil, e ganhou corpo a partir da articulação que ela fez com outras instituições da sociedade civil. Ela nos procurou há uns seis anos pedindo para abrirmos essa discussão nesta Casa, pedido atendido imediatamente por meio de audiência para ouvir a proposta, que é realmente revolucionária, avançada, tecnicamente sustentável e defensável e extrema e socialmente importante, tendo em vista o desperdício de alimento na produção, na comercialização e no consumo e, ao mesmo tempo, a quantidade de pessoas que passam necessidade, que não têm alimento para comer.

Fizemos essa articulação; participamos de vários eventos que eles idealizaram;

conhecemos a máquina que produz a farinata – que depois ela vai explicar o que é. Houve a adesão da Igreja Católica por meio do Cardeal Dom Odilo e do próprio Papa. Enfim, a proposta caminhou. Chegou ao Congresso Nacional, onde foi vendida essa belíssima ideia. O Congresso a comprou, e já existe projeto de lei lá. No final do ano passado, foi proposto a esta Casa que fizéssemos um projeto, que é este que está em pauta hoje nesta audiência.

Parece que o projeto é muito complexo, já que tem muitos artigos, mas, na verdade, é simples: obriga o Poder Público, a Prefeitura de São Paulo, a coordenar, juntamente com a sociedade civil, um plano de trabalho, de educação, de articulação com todos os setores da cadeia de produção, de comercialização de consumo de alimentos para que se possa dar outro destino ao consumo de alimentos, mais inteligente, mais lógico e mais justo, aproveitando-se alimentos que, por ventura, estejam no processo, na cadeia, mas que não chegam a ser consumidos ou que sejam produzidos e que tenham o lixo como destino.

Produzir comida para jogar no lixo é coisa de jerico – com todo respeito ao jerico. Na verdade, é um planejamento com todos os atores, com a Prefeitura no comando, organizando toda a sociedade para que se possa aproveitar alimentos que hoje não estão sendo aproveitados, transformá-los na farinata e dar um destino correto a essa preciosidade técnica e alimentar.

Fui convidado pela organização da proposta a compor essa equipe, de altíssimo padrão técnico e científico, que avalia que esse produto é altamente benéfico e totalmente comestível pelo ser humano, podendo vir a ser uma revolução na alimentação.

Além da questão de reaproveitar os alimentos, há a questão do destino, de diminuir a fome das pessoas. Não há nada mais nobre, necessário e digno.

Fizemos o projeto, motivo da audiência de hoje para toda a sociedade conhecer, e já foi aprovado na reunião conjunta das Comissões. A Vereadora Janaína solicitou e agora também é coautora do projeto, que, pelo Regimento desta Casa, precisa da realização de duas audiências públicas para ser definitivamente considerado aprovado.

Esta é a audiência é da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a cujo Presidente, o Vereador Mario Covas Neto, temos que agradecer. A próxima, dessa vez da Comissão de Administração Pública, presidida pelo Vereador Toninho Paiva, já está marcada para o dia 25. Na quinta-feira, por um requerimento de minha autoria, foi aprovada a diminuição do interstício de dez para cinco dias a realização de audiência. A boa vontade dos Vereadores com esse projeto foi total.

Termino as explicações por aqui, esperando que saímos bem daqui hoje e na segunda-feira. Em seguida, toda a organização para colocar em prática esse plano maravilhoso para diminuir a fome das pessoas e combater o desperdício de alimentos na capital de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Reitero as palavras do Vereador Natalini de agradecimento ao nobre Vereador Mario Covas Neto pela confiança de ter aceitado meu nome para comparecer a esta audiência e, como Vice-Presidente da CCJ, presidir esta sessão.

Parabenizo V.Exa., Vereador Natalini, e o agradeço pela coautoria desse relevante projeto, tendo em vista que o Brasil, há três anos, havia saído do mapa da fome, que voltou a assombrar o nosso país; fato que faz a relevância desse projeto e a responsabilidade desta Casa aumentar ainda mais no compromisso com a população paulistana.

Tem a palavra a Sra. Rosana Perrotti.

A SRA. ROSANA PERROTTI – Primeiramente agradeço à Exma. Presidente Janaína Lima e ao Exmo. Vereador Natalini, grande amigo, de quem tivemos o total apoio e colaboração desde que iniciamos essa busca por soluções sociais e ambientais. Como médico, foi uma pessoa importante para avaliar inclusive a qualidade do alimento por meio do qual pretendemos combater a fome, começando pelo Brasil e atingindo outros países do mundo inteiro.

Faço um agradecimento muito especial, já que, no último dia 12, tivemos a adesão

de Vereadores e Presidentes de Comissões, que votaram o projeto em congresso de comissões, com todos, inclusive o Presidente desta Casa, Vereador Milton Leite, apoiando e com participação excepcional dos Vereadores Mario Covas, Nomura, Rute Costa, dentre outros. Como não quero esquecer ninguém, agradeço a todos.

Para mim, é muito importante toda a articulação que iniciamos há cerca de oito anos, tendo vários amigos aqui representando instituições importantes, porque, como comentou o Vereador Natalini, não é um projeto de uma mão. São muitas mãos com corações gigantes para que possamos, juntos, cumprir o objetivo de combater a fome.

Uma frase que acho que cabe neste momento: “Nós podemos ser mais rápido, mas, juntos, vamos mais longe”. E é isso que estamos fazendo, porque onde existe alimento sendo desperdiçado, não há pessoas passando fome de verdade, já que estamos falando daquela fome de dois dias sem acesso a absolutamente nenhum alimento. Pode-se ter a alimentação de uma qualidade nutricional não tão boa, mas o Brasil não experimenta a fome como em países como o Haiti, dentre outros dos quais tem muita gente fugindo da fome, e o nosso objetivo é chegar nesses locais também.

Como comentou o Vereador Natalini, tivemos uma colaboração incrível: primeiramente do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, que convocou a PUC, seus professores, doutores, desembargadores e alunos, da Caritas e de muitas outras instituições para, juntos, escrevermos esse projeto de lei, que contou com a participação Natalini desde o começo.

Aproveito para fazer um elogio muito merecido ao Vereador Natalini, pois, quando consultado sobre a possibilidade de coautoria, mostrou como é gigante e tem o coração muito maior do que ele e de qualquer cargo, pois senti nele o orgulho em oferecer a coautoria. Por isso, Vereador Natalini, em nome de todos que participaram desse projeto de lei, o nosso muito obrigado, principalmente daqueles famintos cuja voz estamos aqui representando.

Está presente aqui uma pessoa da Missão Belém, que está à frente do combate à

fome, dentre tantas outras, como a Caritas, que recebe refugiados. Neste final de semana, trabalhamos num lote da farinata – trouxemos até um biscoitinho para todos experimentarem e sentirem como é gostoso o alimento processado e como ele vai realmente vai alcançar as bocas dos que mais necessitam.

Esse projeto é de uma simplicidade que causa até estranheza, porque institui o alimento como função social e não apenas econômica e vem em benefício de todos que produzem; porque quem produz e não vende por qualquer motivo tem um problema nas mãos, e queremos ajudá-lo a direcionar ao combate à fome. Como infelizmente o alimento tem data de validade, entramos com tecnologias para permitir que sua vida útil seja prolongada e que chegue a esses locais que enfrentam a fome.

Novamente, meu especial agradecimento ao Ivan Baldini, que batalhou desde o início. Agradeço à Professora Regina; ao nosso amigo Salvador; ao Carlos Camargo, da Caritas, que está representando aqui Dom Odilo Scherer; ao Pablo, da Missão Belém; ao Professor Antonio Márcio e ao Everton. Um agradecimento também muito especial à Lilian Coelho, a todos os presentes e aos que não estão aqui presentes neste momento, mas estão tanto em oração como em torcida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Parabéns, Rosana, pelo projeto, que realmente só cresce chegando aqui pelas mãos do Vereador Natalini e que merece todo o nosso carinho. É muito bonito ver todos desta Casa abraçarem uma iniciativa tão bonita como essa e sentir a generosidade do Vereador Natalini de colaborar e de compartilhar o projeto com todos os outros Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Everton Simon.

O SR. EVERTON SIMON – Bom dia a todos. A iniciativa do projeto de lei do Vereador Natalini é louvável não somente do ponto de vista político, mas principalmente do social.

É comum ouvir ponderações do tipo: “São Paulo não sofre com a fome”. Isso muitas vezes é dito por pessoas que não conhecem a realidade, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade social. É exatamente por isto que considero o projeto importante para todas as pessoas que vivenciam a fome, mas não só as das áreas de alta vulnerabilidade social. Há mais ou menos dez dias, por exemplo, presenciei uma pessoa, no centro de São Paulo, na cracolândia, tentando tomar sopa com uma colher do chão.

É com esse espírito de compromisso social que parabenizo todos os envolvidos na elaboração desse projeto de lei. Realmente espero não só que a farinata se torne realidade no nosso município, mas que possa ajudar todos que sofrem com a fome no Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Obrigada, Sr. Everton, pela contribuição.

Tem a palavra o Sr. Ivan Baldini.

O SR. IVAN BALDINI – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimenta-los na pessoa da Vereadora Janaína Lima, que muito ajudou. Do Dr. Natalini, a Rosana já deu todos os antecedentes, pessoa magnífica. Mas eu gostaria de agradecer à Vereadora também, que, de pronto, quando ficou sabendo, já estava até esperando – não é, Vereadora? Isso foi muito gratificante para nós.

Eu gostaria de endossar tudo o que foi dito pela Rosana. Represento aqui a Confederação Nacional do Turismo, com 2,3 milhões estabelecimentos de gastronomia e hospedagem no Brasil. Vocês sabem que a gente tem o coração apertado por ter que jogar alimentos fora enquanto poderíamos ajudar a amenizar o sofrimento de muitos. Na cidade de São Paulo, há muitas regiões mapeadas em que há o problema da fome; e há regiões de São Paulo com outro problema: o desperdício dos alimentos. Viemos, com esse projeto de lei, tentar equacionar isso e já conseguimos a solução, que a Rosana tem em mãos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Obrigado, Sr. Ivan, pelas palavras. Caso

alguém queira se inscrever para falar, peço que faça imediatamente, porque as inscrições estão encerradas.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Márcio da Cunha Guimarães, professor de Direito Internacional da PUC – SP.

O SR. ANTONIO MARCIO DA CUNHA GUIMARÃES – Muito obrigado pela oportunidade. Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande estar aqui nesta audiência pública sobre o projeto de lei de autoria do Vereador Natalini, presidida pela Vereadora Janaína.

Como advogado, acadêmico e professor, discuto muito na faculdade conceitos como direitos humanos etc.. Isso é tudo muito bonito, mas é teoria. Quando fomos convidados para pensar e elaborar um projeto de lei, sete anos atrás, conseguimos ter uma visão de transformar a teoria em prática. É o que está sendo feito hoje. Graças ao empenho de vocês Vereadores do município de São Paulo e também dos nossos congressistas em Brasília, estamos pondo em prática tudo aquilo que discutimos na academia. Precisamos defender aqueles que precisam de proteção, os desvalidos, aqueles que estão passando fome. Então, esse projeto de lei visa à erradicação da fome e a transformar a função social do alimento. Isso é importantíssimo porque transformamos a realidade. V.Exas. estão transformando a realidade com esse projeto de lei.

A gente costuma dizer que vivemos na pós-modernidade. Na pós-modernidade, consumimos, até o mês de agosto, todos os recursos naturais que o Planeta produz em um ano. Ou seja, estamos devendo. Quando chega agosto, já consumimos tudo aquilo que o Planeta consegue regenerar. E é inadmissível, como o próprio Vereador Natalini falou, que, diante desse consumo exagerado, ainda tenhamos desperdício. Não podemos desperdiçar tudo aquilo que é produzido. O desperdício é muito grande. A Rosana sempre nos mostra isso; há 40% de desperdício na produção de alimentos. Quer dizer, estamos consumindo demais, de forma desequilibrada, sem proporcionalidade em relação àqueles que precisam; poucos têm

muita coisa e muitos não têm nada. Além de tudo isso, a gente ainda desperdiça.

Se pelo menos a gente conseguir evitar esse desperdício – e esse é o objetivo do projeto de lei, a função social do alimento -, eu acho que a gente estará dando um grande passo para transformar a nossa teoria da academia em prática e realidade, colocando a comida no prato daqueles que tanto estão precisando.

Então, deixo meu agradecimento por participar desta audiência pública e parabenizo os nossos Vereadores de São Paulo por estarem tão empenhados nessa missão, que é sagrada. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Parabéns, professor, pelas palavras. Passo a palavra ao Sr. Leandro Ferreira.

O SR. LEANDRO FERREIRA – Bom dia. Sou da assessoria do Vereador Suplicy, que só não pôde vir por estar na audiência pública sobre os sacolões, do outro lado do corredor. Se desse tempo, ele viria; mas recebemos a Rosana e o Ivan no gabinete e ficamos felizes por iniciar uma discussão, que para nós foi muito proveitosa pensando até no horizonte de se aprovar o projeto no tempo mais breve possível. Queremos participar desta audiência pública e dos debates seguintes com a maior agilidade possível para dar algumas contribuições que nos chegaram. Vereador Natalini, o Vereador Suplicy pediu para verificar se não poderia ser coautor do projeto, para que também da nossa parte haja uma contribuição, que, tecnicamente, iríamos discutir com vocês e com a assessoria do Vereador. Também encontrei o André Luzzi, que é do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, que saberá explicar, melhor do que eu, cada uma dessas contribuições. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Obrigada, Sr. Leandro, pelas palavras. Passo a palavra ao Sr. André Luzzi de Campos para finalizar as inscrições.

O SR. ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS – Bom dia. Sou André Luzzi de Campos, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, mas também tenho a honra e o orgulho de ser da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, que há 25 anos luta pelo direito

humano à alimentação e cujos maiores articuladores foram Betinho, Dom Mauro Morelli e tantos outros ícones pioneiros da segurança alimentar.

Gostaria de lembrar, de forma enfática, que já temos consagrada no Brasil a alimentação como direito humano. Decorre daí que, se ela é um direito humano, já tem seu atributo de função social. E são necessárias, conforme todo o ordenamento de direito internacional, ações efetivas para a garantia do direito humano à alimentação. Inclusive o Brasil é signatário da Convenção da ONU de implementação progressiva do direito humano à alimentação, as Diretrizes Voluntárias.

Então, já temos um vasto arcabouço. É necessário que essa Comissão se dedique a verificar o teor do projeto de lei e as demais leis do Município e nacionais que possam guardar alguma divergência, alguns conflitos em seus conceitos. Na cidade de São Paulo, aprovamos a Lei Municipal que institui o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela abrange a Conferência Municipal de Segurança Alimentar, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e, importante, a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Infelizmente, a CAISAN não se reúne há 9 meses no Município para garantir a função social do alimento.

Nesse sentido, é muito importante a gente verificar essas disparidades conceituais, possíveis inconstitucionalidades de um ou outro elemento e também ouvir uma manifestação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, que se reúne em todas as terceiras quintas feiras de cada mês - e já se aproxima a próxima reunião -, para que a gente possa ouvir o conjunto dos conselheiros e conselheiras sobre essa matéria.

Nós temos também um importante debate, que é o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ele já traz um conjunto de elementos para garantir a alimentação como um direito. É muito importante termos esse cuidado de um diferencial, o que é alimentação de interesse econômico e de interesse social. A gente vem fazendo isso e acabamos decaíndo em um problema muito concreto. Por exemplo, Ministério da Agricultura e o Ministério de

Desenvolvimento Social ou o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Parece que sempre estão em disputa esses dois interesses da alimentação.

Temos um programa para o agronegócio e um programa PPAIS aqui em São Paulo, que chama Programa de Agricultura de Interesse Social. Então parece que estão sempre rivalizando esses dois elementos ou atributos da alimentação, quando temos de entender que alimentação é tudo isso ao mesmo tempo. Há o interesse econômico no social e no social econômico. Temos de entender para que serve o capital e a alimentação.

E me chama a atenção porque estamos num debate quase religioso nessa sala e do outro lado do mesmo corredor está o grande capital discutindo que o mercado tem que ficar na mão da gestão privada. Ora, como vamos garantir o interesse social da alimentação por este modelo de concessão pública. Esse debate não teria que estar integrado?

Então o desafio que estamos colocando do outro lado do corredor é: vamos garantir uma reflexão sobre como gerir as políticas de segurança alimentar e nutricional, como pensamos e articulamos gestão e direitos humanos de uma forma eficiente e coerente. E por fim, como garantir a participação social nessas políticas públicas ouvindo o Conselho de Desenvolvimento Rural – hoje, na cidade de São Paulo, temos 25% de área rural -, e também o Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Então dizer que estamos à disposição do Conselho, queremos contribuir na análise dessa peça que está em discussão. E também que esse tema da função social do alimento seja o espírito que anime o outro lado do corredor a discutir qual é o papel do mercado público senão garantir uma alimentação no nível do território, articulando as diferentes forças e as várias políticas públicas de abastecimento; de compostagem, que é a lei aprovada do Vereador; iniciativas de bancos de alimentos descentralizados para combater o desperdício.

Então temos de combater o desperdício no nível local, os mercados e sacolões podem ter bancos de alimentos ali, com pré-beneficiamento dos alimentos, com uso de várias tecnologias no nível do território. E o mercado, por exemplo, pode também ser um banco de

sementes para favorecer a agricultura urbana na Cidade. Temos um programa de agricultura urbana aqui na cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Sr. André, pela palavra. Agora, gostaria que fizesse uma fala, nesta audiência pública, a Dra. Regina Vera Villas Boas, que tem importantes contribuições, inclusive, complementares as do Dr. André.

(NÃO IDENTIFICADO) – Só uma informação, Janaína, para constar que sejam todos convidados, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, o Estadual e a Caesan Nacional farão, em 30 e 31 de outubro, importante encontro aqui na cidade de São Paulo, sobre a alimentação em grandes cidades. Será um grande desafio pensarmos como a alimentar esse conjunto da população de uma forma sustentável, garantindo para as futuras gerações um ambiente equilibrado e justo.

A SRA. REGINA VERA VILLAS BOAS – Bom dia a todos, quero cumprimentar os presentes na pessoa da querida Janaína; Dr. Gilberto Natalini e toda a Mesa na pessoa da nossa querida Rosana Perrotti, que de fato não fosse a Rosana nós não conseguiríamos estar hoje aqui neste momento discutindo, inclusive, em nome dos políticos também.

A fala que me antecedeu observou que teríamos de juntar as salas para um debate amplo, mas há que ter sempre um início. E o início é muito importante, dito pela Dra. Rosana Perrotti, que foi quem deu a partida inicial. É uma luta longa que não importa até de onde venha, mas que começou pela Rosana.

E nós, professores da PUC de São Paulo – Sou Professora da PUC e o Professor Márcio também – nos sentimos completamente integrados nessa causa. E por isso aderimos a ela há tanto tempo, porque esta luta se não começa na academia, mas se passa pela academia e depois vem a esses bastidores para pedir um socorro e uma aprovação, é porque teve um início que foi bom.

Uma luta que pretendemos, agora, principalmente com a ajuda do Dr. Gilberto

Natalini, que prossiga. E que tenhamos de fato a realização dessas audiências e tenha essa aprovação, porque este é um projeto que tem de ser de todos. O projeto da fome, o projeto para que se evite o desperdício do alimento não é municipal, não é estadual e muito menos federal. É um projeto universal.

Observamos que em todos os países há uma luta parecida com esta. Uma luta constante para que possamos melhorar um pouco essa miséria do mundo, porque isso é uma miséria. Pensar na fome que vemos ocorrendo neste nosso século, como diz o Professor Márcio, um século de pós-modernidade, de uma sociedade nova, mas que sociedade nova é essa, porque há esse desperdício tão grande, empresas, supermercados, bares e restaurantes jogando todo dia toneladas e toneladas de alimento. E vemos ao nosso lado todo dia e toda hora pessoas famintas.

E não famintas somente de alimentos, mas de um alimento nutritivo. E esta é a grande proposta que fica como uma base importante das nossas investigações e do prosseguimento dos nossos atos. Com certeza serão aprovados rapidamente, porque o alimento necessário para nutrir esta pessoa faminta não é só um alimento, não é encher a barriga dessas pessoas somente, porque isso talvez fosse mais fácil.

A pretensão do projeto é dar uma função social ao alimento pelo menos escrito. Sabemos que existe essa função social do alimento. Sabemos que é um artigo protegido pela Constituição Federal. E além de um direito humano é um direito humano fundamental. Um direito social fundamental, juntamente com a Educação, moradia, previdência social e muitos outros direitos, mas sendo um direito humano fundamental social que é não vem sendo respeitado porque ainda temos muita gente passando fome.

Então se podemos sem custo, que é tão importante, livrar esses alimentos, salvar os alimentos que são desperdiçados, principalmente aqui no Brasil, de uma forma assustadora, o que precisamos? Pegar esses alimentos e transformá-los numa farinha nutritiva e salvar a fome com nutrientes. Esta é uma lição que todos levamos, pretendemos repassar e

dependemos de ter esse lado político para poder salvar.

Na academia ensinamos os alunos, há mais de quatro décadas, o que são esses direitos, mas concretamente como podemos demonstrar? É nesse passo que temos tentado, há sete anos, participar dessa luta para salvar através do mundo jurídico, salvar o mundo social.

Então fica aqui a palavra de alguém que vem pela PUC, vem pelo Dom Odilo, pela Rosana, que foi a primeira a impulsionar tudo isso, mas vem, sobretudo, com o elemento humano que acho muito importante. Esse elemento humano é aquele que fala muito mais alto do que qualquer categoria, qualquer status que ocupamos: não deixar ver o outro, seu semelhante, passar fome. Uma fome, sobretudo, volto a insistir, que requer alimento nutritivo, que supere a sua barriga, o seu estômago, mas sobretudo, que invada sua alma, para que possa se sentir alguém digno dentro desta sociedade – o que é difícil – de tantos miseráveis.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Que fala maravilhosa, Dra. Regina, realmente entramos até num estado sublime quando escutamos de uma forma tão inspiradora uma fala como a da senhora.

Acho que é importante destacar quem é o Vereador Gilberto Natalini. Ele está Vereador, tem uma carreira que orgulha todos os paulistanos na vida pública, mas nunca abandonou a medicina. É um médico respeitado e se fosse uma propositura apresentada por qualquer outro Vereador com uma carreira diferente da carreira do Vereador Natalini, poderíamos até entrar em questões técnicas.

Agora, quando um médico avalia esse trabalho e esse texto é construído simplesmente por uma das melhores universidades de direito do Brasil e quiçá do mundo, realmente consagrada, podemos começar então a trazer um debate para a Câmara Municipal num outro nível, com outro olhar. Tanto que quando apresentado pela Casa, esse projeto foi abraçado, acolhido e está aí, hoje já estamos numa audiência pública e já há uma próxima

marcada.

Então acho que esse progresso do projeto é o respeito desta Casa à trajetória do Vereador Natalini, mas, sobretudo, sabendo a credibilidade que ele tem como médico na propositura deste importante projeto.

Tem a palavra o Sr. Salvador Iglesias Ramalho, do Tem Pra Já.

O SR. SALVADOR IGLESIAS RAMALHO – Bom dia. Muito obrigado por tudo, pelo convite de estar aqui, é uma honra estar com vocês. Desde quando me graduei venho buscando soluções para impulsionar a doação em alta escala, quebrar barreiras tanto do setor privado quanto do setor público, para que a doação fosse uma regra na cadeia produtiva do Brasil como em alguns países já está se instaurando.

Para mim é um prazer muito grande ver quando um conceito muito defendido por Stanford é aplicado: o conceito da tripla hélice, em que a integração entre Poder Público, Universidade e sociedade privada com o mesmo objetivo consegue transformar padrões sociais. Consegue prover inovações sociais de alto impacto, em que se consegue mostrar que todas as partes, com o mesmo desejo, conseguem quebrar as grandes barreiras impostas por todos.

A doação de alimentos sempre foi um medo dentro das empresas e não conseguimos dar força para que cada vez mais ela aconteça. E tomando a palavra do Antonio, um exemplo para mim lá em Portugal, quando ele fez a instituição Zero Desperdício, nunca pensou em orgulho próprio, ele nunca pensou em lucro. Ele pensou que um dia o desperdício seria um crime contra a Nação e contra a humanidade.

Então para mim é uma honra poder fazer parte de tudo isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Nossa, quanta fala boa. Parabéns, Salvador, pelas palavras.

Tem a palavra o Sr. Carlos Augusto de Oliveira Camargo, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO – Estimada Vereadora Janaína; cumprimento o Vereador Gilberto Natalini; com muito carinho, muita estima, muito cordialmente agradeço a oportunidade de estar aqui, neste caso, falando pela Arquidiocese de São Paulo, pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Falar depois de todas essas pessoas, com menção especial à Professora Regina Vera que sempre tem a palavra mais ponderada, mais serena, sobretudo, nessas questões de caráter ético que estamos tratando. Estar aqui também numa comissão, cujo guarda-chuva principal é o da Justiça, dá especial ânimo para trazer algumas palavras.

Exigências éticas e evangélicas na superação da miséria e da fome, é sobre isso que quero falar algumas coisas. Sobre as exigências éticas, como já foi falado, o alimento é um direito natural de todos. Isso nos leva a querer falar de uma injustiça mais distributiva, ninguém deveria sofrer o dano da fome, ter insegurança alimentar sentindo-se ameaçado pelo risco de não poder ter o que comer no dia seguinte.

A segurança alimentar que é o tema destes projetos de lei, do que está sendo levado, mas como uma proposta da plataforma Sinergia, sem prejudicar o planeta, tratando do reaproveitamento sem desperdício, que é uma proposta também muito bem colocada na Encíclica Laudato Si do Papa Francisco. As raízes da fome estão na má distribuição da renda e das riquezas.

Por isso volto a dizer que falar numa Comissão que tem como guarda-chuva principal a Justiça especialmente conveniente. É injusto medir um consumo alimentar das famílias com parâmetros apenas estatísticos. A fome não é uma questão de disponibilidade, é também um problema de miséria.

Quando falamos de miséria falamos de injustiça social também. E por conta dessa injustiça, do vácuo de direitos que ela provoca nos é exigida uma atenção especial às obrigações daqueles que podem fazer alguma coisa, que tem poderes. Do outro lado temos uma Comissão falando de empresários produtores de alimentos, eles também são instigados a

pensar sobre essas obrigações ante a injustiça social.

Entregar o alimento ao outro, o alimento que já deveria ser dele pelo direito natural, por justiça. Quer dizer, justiça é entregar ao outro o que já é dele. Entregar o que é nosso seria uma questão de caridade, mas o alimento já é dele. Ele já tem esse direito e se às vezes não tem como consegui-lo é porque também não existe uma remuneração correta das pessoas, uma distribuição correta da renda. Quando nós falamos também de entregar alimentos, vai além do simples alimento, da alimentação proteica, da boa nutrição; vai também ao direito à estabilidade, à segurança, a poder comer com a família em torno da mesa, ter oportunidade de passar os valores fundamentais, falando de família como célula fundamental da sociedade. Prover alimentos a todos significa favorecer também, por outro lado, a família como elemento fundamental.

Existem exigências evangélicas também, para além das exigências éticas. O alimento é um dom de Deus, é fundamental no projeto de criação do Homem. A miséria humana não é uma coisa indeterminada, indefinida. A miséria tem um nome, tem um rosto; são pessoas definidas, pessoas específicas, não é uma massa da população, são pessoas nominadas, que têm sua própria história, sua especificidade, têm sua dignidade humana própria, específica dele. Isso não serve para crianças, jovens, idosos, recém-nascidos que já nascem dentro desse drama da fome.

De forma que também neste caso, quando se fala de a forma ter esse caráter de abranger pessoas nominadas, específicas, leva também a falar do desemprego. São pessoas afetadas por uma política econômica que não deu certo, por um sistema de mercado que não deu certo, por uma lógica que não funcionou direito até agora. Globalização econômica precisa ser acrescentada da solidariedade, como propôs João Paulo II na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*. Precisamos ter compaixão pelos famintos e pelos indefesos, dedicando tempo e recursos, como estamos falando aqui.

A lógica do mercado não conversa com não pagantes. Ninguém produz alimentos,

ninguém comercializa alimentos para aqueles que não podem pagar. A lógica do mercado fala apenas com aqueles que podem pagar, e uma grande massa da população não tem acesso ao alimento. Isso valoriza mais ainda esse projeto que prevê doação de alimentos, mostra um caráter fortemente moral e evangélico que ele tem. Desperdiçar um alimento ainda saudável é imoral. O alimento desperdiçado é como se fosse roubado à mesa do pobre, de quem tem fome – falou o Papa Francisco. Reflete uma cultura de individualismo exacerbado, que leva a perder o sentido de solidariedade e da responsabilidade com os outros.

De forma que eu espero mesmo que esta comissão, do outro lado, leve isso em consideração, que existe uma responsabilidade que cabe a todos. Aqui vale lembrar, dentro desse projeto de doação de alimentos, a importância de se curvar o corpo para ajudar os outros com humildade, com modéstia, como o exemplo do Bom Samaritano. Como a professora Regina falou que nós aprendemos uma lição com tudo isso, esta, sim, é uma lição que nós temos que aprender, a lição de humildade e modéstia ao nos curvarmos para ajudar os outros.

O alimento que se consegue produzir a partir da generosidade da terra e do empenho das pessoas é um dom para a Humanidade, de forma que vale, sim, dizer que o alimento tem uma eminente função social fundamental. O projeto de que estamos tratando aqui, que tem âmbito municipal, âmbito nacional, outra vez lembrando a professora Regina, é um projeto universal, um projeto de humanidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Obrigada, Dr. Carlos, pela palavra.

O último inscrito é o Sr. Pablo Henrique Leite.

O SR. PABLO HENRIQUE LEITE – Bom dia. Quero cumprimentar em especial o Vereador Natalini, a Vereadora Juliana, a Dra. Rosana, demais membros da Mesa.

Sou missionário da Igreja Católica, há seis anos faço um trabalho direto com pessoas em situação de rua, represento aqui a Missão Belém. A Missão Belém é uma

comunidade da Igreja Católica, da Arquidiocese de São Paulo, que faz um trabalho com pessoas em situação de rua há 12 anos.

Esse projeto de lei vem, de fato, salvar vidas, porque a fome existe, é real, é concreta. Convivendo com as pessoas em situação de rua, como foi dado o exemplo de uma pessoa que estava na cracolândia comendo sopa no chão, existe aqui na Cidade. É muito louvável que corações generosos, numa sociedade líquida, como diz Bauman, com tanto egoísmo e egocentrismo, pessoas tenham essa solidariedade com o próximo.

Falo isso como religioso, como missionário, como cristão e cidadão. É extremamente válido, louvável e a sociedade precisa de gestos que demonstram solidariedade, solidariedade dos poderes, em todos os âmbitos. Mas é especial que, partindo de leis, pessoas se preocupem com aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, que são os irmãos de rua, que são todas as pessoas que sofrem com a escassez de alimento, que é muito grande.

Termino com a frase de Madre Teresa de Calcutá, a grande intercessora – vamos dizer assim. Madre Teresa dizia que aquilo que nós fazemos pode ser até uma pequena gota, mas sem essa pequena o oceano com certeza seria menor. Talvez esse projeto não alcance todas as pessoas do mundo, mas as pessoas alcançadas por ele com certeza serão salvas, terão a mão estendida.

Agradeço aos vereadores pela generosidade de levar para frente esse projeto de lei. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Passo a palavra à Dra. Rosana, para suas considerações finais.

A SRA. ROSANA – Quero agradecer novamente e dizer que essa é uma batalha que não começou aqui e com certeza não vai terminar aqui, é um processo em evolução. E fica o convite para todas as pessoas, inclusive você mencionou D. Mauro Morelli, que faz parte da nossa comissão.

Quero até aproveitar a qualificação do Vereador Gilberto Natalini. Na verdade, quando eu o procurei, realmente não foi pela qualidade de homem público, foi porque ele é médico e gastro, especialmente gastro. A gente está querendo realmente continuar nesse esforço sinérgico, solidário, para avançar cada dia um passo.

Eu trouxe aqui uma pequena amostra do que é possível fazer com alimentos que seriam desperdiçados, todos certificados, de altíssima qualidade, podem ter o sabor que a gente quiser. Óbvio, depende do volume que vem com o projeto de lei que incentiva todos os proprietários dos alimentos a dar esse direcionamento social.

Teve uma pesquisa que a Desembargadora Consuelo Yoshida realizou, inclusive a gente teve uma audiência pública na OAB de que vários advogados participaram, a Casa inteira se mobilizou, a OAB São Paulo. Ela mostrou em uma pesquisa como o Brasil carece de instrumentos que qualifiquem o destino de tudo que é desperdiçado, em especial os alimentos. Embora a gente tenha a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece responsabilidade solidária para tudo que hoje polui o meio ambiente, o alimento é um dos grandes poluidores do meio ambiente; no Brasil, talvez o maior.

Depois da pesquisa ela colaborou na elaboração desse projeto de lei. Foi uma grande surpresa saber por ela que nada se fala sobre desperdício de alimentos e no quanto isso tem a ver com a função social do alimento. A gente sabe que muitas leis foram escritas, muitas outras deverão vir em função do nosso desenvolvimento, mas essa eu considero fundamental porque vai permitir que todos esses alimentos cheguem à boca daqueles que necessitam, porque a gente também pode aplicar tecnologias. Então fica aqui uma amostra da farinata. Ela não tem sabor definido, a gente pode dar o sabor que quiser.

Nunca vai ser vendida, vai ser sempre doada para o combate à fome. Essa é a grande diferença entre o que está acontecendo aqui e a casa ali do lado. Minha formação é na área econômico-financeira e eu mobilizei muitos amigos para a gente conseguir colocar de pé uma solução econômica, social e ambiental que hoje depende simplesmente de um projeto de

lei. É dessa simplicidade, mas o alcance é gigante.

Mais uma vez, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Enquanto todos têm oportunidade de experimentar a farinata, passo a palavra ao grande autor desse projeto, um ser humano espetacular, que é o médico e Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Agradeço suas palavras, Vereadora Janaína, e as retribuo. Eu a conheço desde criança, você veio de uma família pobre da periferia de São Paulo e chegou a um cargo público da maior importância na Cidade por mérito. Nunca vi você vender sua alma, então continue assim com esse caráter, nesse caminho. Você ainda é jovem. Agradeço muito suas palavras e retribuo à altura, porque você realmente entrou na Câmara Municipal de São Paulo dizendo ao que veio, e veio por uma causa justa. Vamos fazer uma dobradinha, somar com aqueles que têm caráter do bem, que estão na vida pública para ser e não para aproveitar a vida pública para ter. É uma diferença mortal. O Brasil hoje precisa definir essa diferença e o povo brasileiro tem que abraçar o que ele quer, o caráter, a ética, a vontade de mudar a realidade, ou os vendilhões que se vendem ao custo de projetos que vão prejudicar o Brasil, enterrando a população cada vez mais na miséria e na desesperança.

Queria fazer esse registro sobre sua pessoa, assim como do Vereador Mario Covas Neto, que conheci também muito jovem e que aqui na Câmara me surpreendeu para o bem de forma extremamente positiva, pela sua postura de não vergar a coluna a determinadas questões e pressões que nem sempre são republicanas. É importante a gente frisar, para que as pessoas saibam que há pessoas e pessoas, há condutas e condutas. A gente sempre deve se pautar pelas condutas boas.

Agradeço a todos que falaram, ao representante do Suplicy. Já franqueamos a possibilidade de avaliar aquilo que eles estão propondo. Ainda não chegou nada de concreto às minhas mãos, para a gente avaliar as modificações que assessor do Suplicy trouxe, desde a semana passada. O próprio Suplicy conversou comigo. É importante chegar, porque o

processo está afunilando para o fim. Depois da próxima audiência pública a lei já vai à publicação. Essa lei não precisou ser votada em plenário, ela foi aprovada num Congresso de Comissões. Todas as comissões da Casa entraram em concordância - foi um das maiores concordâncias que já vi aqui dentro – e o rito foi extremamente rápido porque a causa é extremamente justa.

Parabenizo a Rosana, o Ivan, que estão desde o começo, são pessoas teimosas – característica fundamental -, teimosia para o bem. Já experimentei a farinata em outras ocasiões, com sabores diferentes. Pode pôr o sabor que quiser, sabores diferentes: bolo, biscoito, massas. Já experimentei em outras ocasiões, inclusive em jantares organizados com empresários, para eles verem o que pode ser produzido.

Se as cadeias de supermercados resolverem entrar com tudo, a quantidade de comida que os supermercados jogam fora, desperdiçam, incineram, queimam, queimam a comida! Quando chega ao prazo de validade vai para o incinerador. Vocês imaginam o trabalho, a mão de obra, o esforço, o custo de produzir para depois queimar. Pelo amor de Deus! Isso é coisa de gente burra, tapada! Desculpem, mas não tem sentido, no mundo de hoje, a Terra abrindo o bico de desesperada, porque nós estamos consumindo tudo que ela pode e muito mais, a gente queimar comida porque chegou ao prazo.

Antes de chegar ao prazo a máquina pode transformar aquela comida num elemento que depois vai para o vácuo e tem durabilidade de dois anos. Isso aqui é para enriquecer um alimento, para produzir. As pessoas podem variar. Não é uma coisa insossa, sem gosto e sem teor nutritivo. É uma coisa altamente nutritiva, isenta de contaminação – isso é importante dizer -, isenta de toxicidade e o sabor pode ser adicionado ao gosto do freguês, da criatividade.

Nós temos a função de aprovar essa lei e colocar isso em prática na Cidade, evitando o desperdício, evitando jogar comida fora. Não tem sentido. Inclusive o projeto prevê uma ação educativa da Prefeitura junto à população. A população produz a comida que vai

comer, não aquele monte de comida que depois vai para o saco de lixo, vai produzir metano nos aterros. Este é o nosso objetivo.

Obrigado, Vereadora. Obrigado a vocês. Estou muito satisfeito com o que foi falado aqui hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Parabéns, Vereador. Você é um exemplo para todos nós.

Quero cumprimentar o Paulo Gonzales e o Sérgio Luís Gonzaga, que ficaram aqui ao meu lado, ao lado do Natalini, fazendo a tradução em Libras. Hoje a acessibilidade também é um tema importante para a gente sempre debater nesta Casa, e termos possibilidade de todos entenderem o que está acontecendo na Casa do povo, independentemente de sua condição, é fundamental.

Embora Madre Teresa de Calcutá seja nossa inspiração maior sempre em assuntos como esse, tenho um talismã que é o talismã de Gandhi. Tenho certeza de que esse talismã fala ao coração de todas as pessoas de bem e é a vocação do Vereador Natalini e de todos que estão aqui para fazer a Cidade melhor. Como ele disse, é tão absurdo que as pessoas se esqueçam de que no Brasil tem 7,2 milhões de pessoas passando fome. No mundo são 185 milhões de pessoas passando fome, 11% da população mundial. É muito significativo, a gente não pode fechar os olhos para isso.

O SR. - Secretária, só...

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Já estamos entrando no encerramento, você já teve o momento de fala e as inscrições foram encerradas.

O SR. - Mas é só uma solicitação de encaminhamento. Que, na próxima audiência, componha a Mesa para exposições, não apenas para contribuição nas inscrições, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Como nós teremos a plenária do Conselho, nós podemos analisar o mérito e os desdobramentos desse projeto de lei e trazer uma contribuição consistente do Conselho para o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Vocês podem conversar, acho que não há nem necessidade dessa burocracia, embora seja uma solicitação. Mas, conhecendo a personalidade, o caráter do Gilberto Natalini, o gabinete dele está aberto, vocês podem ir lá apresentar, construir. Vocês podem, sim, ter um momento na audiência, mas até para ter algo mais concreto eu tenho certeza de que ele está à disposição. O Vereador Suplicy já tinha conversado com ele, ele está à disposição, mais uma vez depois da fala do Leandro ele reiterou. Acho que, aqui, quanto mais simples melhor, porque essa pauta é urgente, tem uma data em que a gente quer ver essa lei...

O SR. - Que é o Dia Mundial da Alimentação, eu sei. Mas eu gostaria de saber se a gente pode, na próxima audiência, compor a Mesa. É só uma deliberação, não precisa ir aos gabinetes, é uma deliberação da Comissão.

O SR. NATALINI – Pela ordem, Presidente. O Presidente da próxima audiência é o Vereador Toninho Paiva, então nós podemos levar sua requisição a ele, mas seria bom que você mesmo conversasse com o Vereador Toninho Paiva, porque a dinâmica da audiência quem vai traçar e quem vai presidir é o Vereador Toninho Paiva. Nós somos também convidados para a audiência como todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Obrigada, Vereador, pelos esclarecimentos.

Encerrando a audiência, eu gostaria de ler esse talismã, porque acho que ele representa o espírito dessa propositura. Gandhi disse: "Vou lhe dar um talismã. Toda vez que você estiver em dúvida ou com o ego inchado, aplique o seguinte teste: lembre-se do rosto do homem mais pobre e mais fraco que possa ter visto e pergunte a si mesmo se o passo que você está pensando em dar terá alguma utilidade para ele. Ele vai ganhar alguma coisa com isso? Isso vai devolver-lhe algum controle sobre sua própria vida ou destino? Em outras palavras, isso vai contribuir para a emancipação dos milhões de famintos espiritualmente carentes? Então você verá suas dúvidas e seu ego desaparecerem". Mahatma Gandhi.

Essa lei representa esse espírito de acabar com a fome mundial, começando pela cidade mais importante da América Latina.

Parabéns, Vereador Gilberto Natalini e Rosana, pela sua luta.

Declaro encerrados os trabalhos da 19ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.
